

# Críticos, mas sem novas alternativas

*economia - Brasil*

Propostas de mudanças na política econômica do governo concentram-se na redução dos juros e do superávit primário

EDNA SIMÃO

**BRASÍLIA** – Nas últimas semanas, a política econômica do governo foi bombardeada por críticas de empresários, sindicalistas, economistas, políticos da oposição, dos partidos aliados e até do próprio PT. Mas uma análise mais acurada mostra que faltam alternativas à receita prescrita pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Nem os mais críticos querem uma grande reviravolta na economia. Defendem, sim, mudanças pontuais, focadas principalmente na redução dos juros e do patamar do superávit primário (economia feita pelo governo e expressa pelo resultado de receitas menos despesas, excluindo pagamento de juros).

– Cabe questionar aos que concordam com a política econômica do governo por que não houve crescimento no ano passado e nem recuperação de emprego e renda – diz o economista Claudio Dedecca, professor da Unicamp.

Para ele, o governo tem que encontrar uma maneira de evitar a “sangria” de recursos do setor produtivo para o financeiro. Isso ocorre, em grande parte, porque os títulos públicos do governo oferecem rentabilidade maior do que investimentos no setor produtivo, com menos riscos e dificuldades.

O professor da Unicamp considera que uma das saídas é o governo debater a questão dos juros altos com as instituições financeiras, assim como fez com os empresários para definir a política industrial.

– Não podemos permitir a

transferência de recursos produtivos para o setor financeiro. Somos um país pobre – explica.

O economista e professor da UFRJ Reinaldo Gonçalves diz que a política econômica tem sido marcada pela inconsistência. Isso porque todo o esforço fiscal, feito à custa de sacrifício do povo, é consumido pela política de juros altos. Ele ressalta que o superávit primário está sendo insuficiente para evitar o aumento da dívida do país.

– Essa política é desastrosa. Levou ao aumento do desemprego, à queda do rendimento médio do trabalhador e também à violência – diz.

Também para Gonçalves, a alternativa é reduzir a taxa básica, a Selic, para, consequentemente, pagar menos juros; e, para não ter problemas de financiamento do balanço de pagamentos (resultado de todas as operações feitas entre o Brasil e outros países), instituir o controle de capital. Além disso, gastando menos com juros, o superávit primário poderia ser reduzido, abrindo brecha para os investimentos públicos.

E se houver inflação? Para o professor da UFRJ, o caminho não seria aumentar os juros e sim os compulsórios (valores que os bancos são obrigados a depositar no Banco Central) ou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe e um dos representantes do Conselho Federal da Economia (Cofecon), Nilson Pedro da Silva, diz que os juros altos frearam a economia em 2003 e também

considera o superávit primário de 4,25% do PIB exagerado. Segundo ele, o governo precisa investir em infra-estrutura e programas de habitação.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Luiz Marinho, vai pedir a Lula medidas

para a geração de empregos e o aumento do salário mínimo. Para Marinho, o fundamental é abrir vagas e recuperar renda. O modelo econômico é secundário.

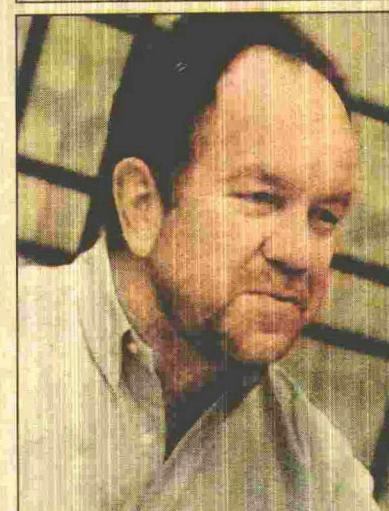
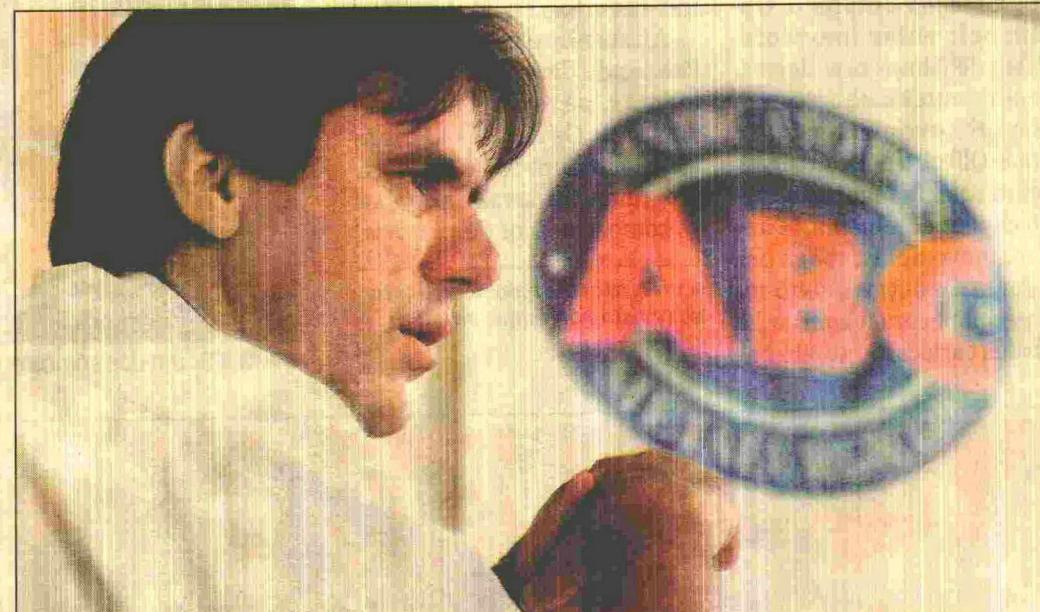
Há também muitos que acreditam que a política do atual go-

verno é a única alternativa para levar o país a uma rota de crescimento sustentável. É o caso do economista-sênior do Banco Dresdner Kleinwort Wasserstein em Nova York, Nuno Camara. Ele defende a aprovação de reformas microeconômicas.

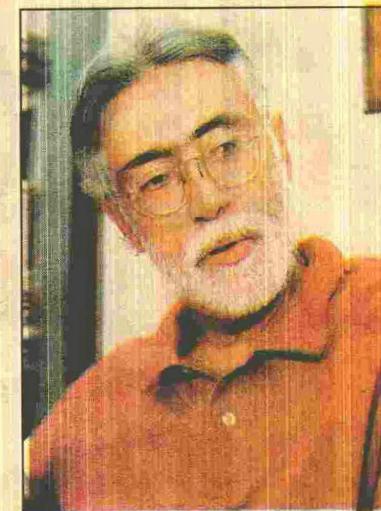
– O governo está de mãos atadas. Não há outro modelo ou saída – diz, acrescentando que a equipe econômica tem tido sucesso em manejar as expectativas do povo e empresários.

*esimao@jcom.br*

Arquivo JB



**CRÍTICOS** da condução econômica adotada pelo governo, Luiz Marinho (acima), Claudio Dedecca (E) e Reinaldo Gonçalves defendem mudanças capazes de gerar mais empregos. Receitas incluem taxas de juros mais baixas e relaxamento das metas de economia do governo



## Pilares da economia

### SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Dinheiro economizado pelo governo para pagamento de juros. A meta para este ano é poupar 4,25% do PIB.

### SELIC

A taxa básica de juros está em 16,25% ao ano.

### META DE INFLAÇÃO

Para este ano, é de 5,5%, com margem de 2,5 pontos percentuais.

## Mudanças sugeridas

### MACROECONOMIA

Redução do superávit primário; maiores cortes da taxa de juros; flexibilização da meta de inflação.

### INICIATIVAS

Adoção de um instrumento de controle de entrada de capital; debate com instituições financeiras sobre juros cobrados, com a adoção de alguma medida que evitasse a transferência de recursos do setor produtivo para o setor financeiro.

### NOVAS METAS

Adoção de metas sociais, como de salário mínimo e geração de empregos.